



ATA – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2023

Ata da Audiência Pública de 28 de Fevereiro de 2024 – Prestação de contas do 3º Quadrimestre de 2023 dos poderes Executivo, Legislativo e Previsorã do Município de Ponta Porã – MS. Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, bom dia. Convido para secretariar a presente sessão a vereadora Kamila Alvarenga, vice-presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Esta audiência pública é realizada pela Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização da Câmara Municipal de Ponta Porã, sob a presidência do vereador Miudinho, ao qual passo a palavra. Em tempo, Sr. Presidente, gostaria de agradecer a presença do vereador Candinho Gabínio, vereador Marcelino Nunes, Lourdes Monteiro e Marquinhos Bello Benites, o excelentíssimo Sr. Fabrício da Costa Cerviéri, a excelentíssima Sra. professora Mirtha Landolfi, ao Sr. Dr. Gabriel Calepso Arce, secretário de Segurança Pública, Sr. Carlos Nobrega de Freitas, secretário adjunto de Finanças, Sr. Rafael Fração de Oliveira, diretor-presidente do Previsorã, Álvaro Luiz Bittencourt, diretor do Centro Integrado, de atendimento do trabalhador, o Sr. Otaviano Cardoso, diretor da captação de recursos, e Odair Nogueira, secretário-geral do Simted. De acordo com determinações legais conferidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, nos seus artigos 75, inciso XI da Lei Orgânica do município de Ponta Porã, iniciaremos, nesse momento, a audiência pública de demonstração de avaliação e cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre do exercício de 2023. Convido para compor a mesa. Senhor Rafael Fração, presidente do Instituto de Previdência Social. Senhor Fabrício Cerviéri, secretário municipal de Planejamento de Finanças. Senhora Fernanda Palermo, diretora do Departamento Financeiro e Orçamentário da Câmara Municipal. Agradecer a presença em local de destaque desta Câmara Municipal, os vereadores Marcos Bello Benites, vereador Cândido Gabínio, ex-presidente desta Casa, vereador Marcelino Nunes e vereadora Lourdes Monteiro. Obrigado pela presença. Em nome da transparência, da moralidade e da democracia, declaro aberta a presente audiência pública de prestação de contas do terceiro quadrimestre do exercício de 2023. Vamos aguardar o final de todas as





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

explicações para que sejam feitas as perguntas. Indico a servidora Bel, para que possa distribuir ali papel, para que vocês possam fazer as perguntas por escrito, e a gente encaminha para os apresentadores. Então, vamos só fazer a foto oficial da prestação de contas e aí a gente desfaz a mesa para acompanhar as apresentações. Certo? Já fica, então, pré-estabelecida a ordem de apresentação. Fernanda Palermo apresenta a Câmara Municipal, prazo de dez minutos. O segundo, o Instituto de Previdência de Ponta Porã, o Previporã, e o terceiro, o secretário de Planejamento de Finanças, Fabrício Cerviéri, nesta ordem. Bom dia às autoridades presentes, presidente desta sessão, vereadores, público e funcionários desta Casa de Leis. Esta prestação de contas é do exercício de 2023, que era o presidente, na época, o vereador Candinho. Prestação de contas do terceiro quadrimestre. Os dados aqui apresentados são consolidados e maiores esclarecimentos dos mesmos poderão ser solicitados oficialmente às secretarias competentes. Legislação aplicável. Parágrafo 4º do artigo 9º e artigo 63 da Lei 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. As informações aqui transcritas foram extraídas dos balancetes entre 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Valor do repasse do executivo, R\$ 16,4 milhões. Despesas realizadas no período, Vencimentos, vantagens fixas, pessoal civil. Subsídio de vereadores e salários de funcionários. R\$ 8.511.987. Obrigações patronais previdenciárias do INSS. Vereadores e funcionários. R\$ 1.251.043. Contribuições patronais Previporã - Funcionários ativos. R\$ 255.405. Aporte para cobertura do déficit atuarial Previporã. Funcionários ativos. R\$ 186.036. Despesas com manutenção do legislativo. Aplicações diretas. Obras e Instalações, R\$ 336.988. Equipamentos e material permanente, R\$ 145.101. Diárias, R\$ 10.178. Materiais de consumo, R\$ 372.325. Serviços de consultoria, R\$ 9.200. Serviços de terceiros, pessoa física, R\$ 15.000. Serviços de terceiras pessoas jurídicas, R\$ 1.720.875. Serviços de tecnologia de informação e comunicação, R\$ 157.151. Num total de R\$ 2.766.820. Esse é um quadro de resumo de ficha de despesa de todo o ano, que foram essas despesas que eu citei até agora, num valor total do período de R\$ 12.971.293. Obrigações previdenciárias do INSS parte do segurado, vereadores e funcionários, R\$ 564.942. Obrigações Previporã, parte do segurado. Funcionários ativos, R\$ 256.308. Aplicação constitucional





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

dos últimos 12 meses. Gasto com pessoal. O limite máximo é de 6% e o aplicado foi de 2,26%. Relatório de gestão fiscal do terceiro quadrimestre de 2023. Receita corrente líquida dos últimos 12 meses, R\$ 452.182.729. Despesa total com o pessoal, 2,26%, R\$ 10.204,714. Se a gente aplicasse o limite máximo de 6%, teríamos gasto R\$ 27 mil. Se fosse o limite prudencial, que é de R\$ 5,70, teríamos gasto R\$ 25 mil. E o limite de alerta, que é R\$ 5,40, teríamos gasto R\$ 24 mil. Mas o nosso gasto foi de R\$ 10.204,714. Relatório de Gestão Fiscal, quadro comparativo. Limite máximo permitido, 6%. No segundo quadrimestre de 2023, nós usamos 2,15 % de despesa bruta com pessoal. Foi R\$ 9.346.062. Terceiro quadrimestre, com a despesa bruta com pessoal, 2,26%, R\$ 10.204.714. Aplicação constitucional do terceiro quadrimestre de 2023. Gasto com percentual de duodécimo da Folha. Máximo 70%, o aplicado foi 51,90%. Despesa com Folha até o terceiro quadrimestre de 2023. O duodécimo recebido, R\$ 16,400 milhões. O limite máximo permitido é de 70 %. A despesa com folha O limite máximo permitido R\$ 11.480.000. Do terceiro quadrimestre, nós usamos R\$ 8.511.987, percentual utilizado 51,90%. Despesa com folha quadro comparativo. Limite máximo permitido, 70%. Despesa total com a folha. No segundo quadrimestre, nós usamos 50,83% e foi R\$ 5.489.347. No terceiro quadrimestre, nós utilizamos 51,90% e foi R\$ 8.511.987. Ativo permanente até o terceiro quadrimestre de 2023. Saldo anterior, R\$ 319.577. Aquisição e Incorporação, R\$ 145.101. Depreciação, amortização, exaustão e reavaliação, R\$ 27.129. Desincorporação de ativos, zero. Saldo atual, R\$ 437.550. Ressalvamos que até o encerramento do balanço geral de 2023 poderá haver alterações. Restos a pagar do exercício de 2023. Não processados, R\$ 383.141. Processados, R\$ 2.209. Total do passivo, R\$ 385.350. Devolução de duodécimo do exercício de 2023. Transferências concedidas. R\$ 3.043.355. Saldo em caixa e equivalência de caixa até o final do terceiro quadrimestre, de 2023. Caixa econômica federal. R\$ 385.350. Banco do Brasil zerado, provisão estimada para 13º zerado, rendimentos e aplicações também, valor considerado pelo banco, não considerado pela contabilidade também zerado. Total disponível, R\$ 385.350. Obrigada pela atenção. Em nome do vereador Agnaldo Miudinho, presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Interino na audiência de hoje, gostaria





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

de agradecer a presença de todos desejando um bom dia. Hoje farei a prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2023, onde são considerados os dados consolidados, desculpe, de janeiro a dezembro. Como podemos ver nessa planilha, a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores municipais é de 14%. Patronal, servidor ativo, aposentados e pensionistas. Aqui, dos aposentados e pensionistas, cabe ressaltar que eles contribuem também para a previdência, apenas aqueles que recebem acima do teto do INSS, que era, em 2023, R\$ 7.507,49. Dos Repasses das contribuições. Todas as contribuições previdenciárias poderão ser creditadas para o Previporã até o último dia do mês seguinte da competência. Ou seja, os repasses de janeiro podem ser repassados para o Previporã até o último dia de fevereiro. A legislação permite e não tem nenhum ônus para os órgãos. E, ainda que seja passado após esse prazo, pode haver a cobrança da correção monetária e juros. As contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, repassados no período de janeiro a dezembro, representados nessa planilha, até o momento, totalizaram R\$ 17.300.576. As contribuições patronais do Executivo e Legislativos repassados no período de janeiro a dezembro Totalizaram R\$ 20.558.460. Outras contribuições. Repassados no período de janeiro a dezembro, totalizaram R\$ 3.762.189. Representados por parcelamentos de débitos previdenciários, compensação financeira entre o Previporã e o INSS. Essa compensação é quando o servidor vai se aposentar e ele tem alguma contribuição feita enquanto esteve na iniciativa privada. Ele averba esse período que ele trabalhou lá para trazer e aí o Previporã recebe esses valores que ele contribuiu para o INSS. Contribuição originária de sentença judicial. 99% desse valor é oriundo do famoso precatório do Sindiporã, porque, por se tratar de verbas trabalhistas, a justiça faz a retenção na hora de fazer o pagamento do precatório e é repassado para o Previporã. Além de outras despesas restituídas, receitas com o aluguel do prédio do Previporã para o município, onde funciona o departamento de RH e a procuradoria, e receitas de investimentos, além de juros e multa por mora. Nessa planilha são demonstrados a utilização dos recursos previdenciários no período de janeiro a dezembro de 2023, que totalizou R\$ 50.494.534. Aqui foram os gastos que o Previporã teve para o custeio das atividades, folha de pagamento dos servidores do instituto, folha





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

de pagamentos dos aposentados e pensionistas. O repasse dos consignados com as instituições conveniadas. O fluxo de caixa das operações no RPPS. O saldo financeiro em 31/12/2022, como podemos ver, era de R\$ 156.494.000. Encerramos o exercício de 2023 com um saldo de R\$ 166.207.000. Ou seja, tivemos um superávit de R\$ 9.713.000 nos investimentos. Já considerando todo o cumprimento das obrigações. A nossa carteira de investimento teve rendimento de 13,58% ao ano, ficando acima da meta atuarial, que era prevista de 8,65%. Foi algo surpreendente, que há muito tempo não acontecia. Acho que o Toninho vai saber me dizer melhor se alguma vez já teve uma meta tão boa como foi o ano passado nos investimentos. 2019 foi melhor? Então, estamos com superávit de 4,93% Nesse gráfico, notamos que apenas nos meses de fevereiro, setembro e outubro, o desempenho da carteira ficou um pouco abaixo da meta. Em abril, praticamente, empatou. Nos demais meses, o desempenho esteve bem acima, que foi o que resultou no superávit obtido. Nessa planilha estão descritas todas as aplicações financeiras que a gente tem, a nossa carteira de investimento e a disponibilidade em 31/12/2023, representando os R\$ 166.207.859,71. Agradeço a todos pela atenção. Bom dia a todos. Na presença aqui dos nossos ilustres vereadores, cumprimento a todo mundo. E vamos dar início, então, à audiência do terceiro quadrimestre. Na verdade, quando a gente avalia terceiro quadrimestre, não estamos falando de um período específico de alguns meses. Quando você avalia o terceiro quadrimestre, na verdade, é o resumo de um ano inteiro de atividade financeira do município. E é isso que a gente pretende demonstrar, o que aconteceu no ano de 2023 em Ponta Porã. Vamos lá. Demonstração das metas fiscais do município de Ponta Porã, pela Lei Orçamentária nº 4.539, de 21 de dezembro de 2022. Começamos tratando das receitas. O orçamento de 2022, nós tínhamos elaborado ele na ordem de R\$ 644 milhões e atingimos uma receita de R\$ 598 milhões, algo em torno de 86% daquilo que foi previsto. Na verdade, inclusive em audiências anteriores, eu havia dito que esperávamos chegar perto desses R\$ 644 milhões. Infelizmente, tivemos muitas frustrações de receita e não conseguimos isso. Se pensarmos no ano de 2021, por exemplo, atingimos 97% daquilo que foi orçado. Tudo bem que era um valor bem inferior. Em 2021, nosso orçamento era de R\$ 530 milhões e chegamos a R\$ 512 milhões.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Se você pegar de R\$ 512 milhões, chegamos a R\$ 598 milhões no ano seguinte, foi um aumento de arrecadação, arredondando quase 100 milhões de reais, o que é bastante significativo, tendo em vista que, para todo mundo, foi um ano tido como um ano ruim. Ponta Porã não pode se queixar de anos ruins. Tivemos anos menos melhores, vamos dizer assim, agredindo um pouquinho a língua portuguesa, mas a expressão é essa. Então, como foram distribuídos esses R\$ 598 milhões? A nossa receita tributária, as receitas correntes, chegaram a R\$ 521 milhões, sendo R\$ 105 milhões de receita tributária. Disso, R\$ 95,7 milhões foram de impostos. Esses impostos são praticamente aquele dinheiro que o município tem como margem de manobra, dinheiro líquido, que o prefeito tem disponibilidade de trabalhar e fazer projetos sem vinculação com a União ou com o Estado. O IPTU, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana, R\$ 25,3 milhões, teve um crescimento considerável em relação aos anos anteriores, a gente vê uma crescente desde 2016 do IPTU, o ITBI R\$ 9,6 milhões, Esse teve um ganho muito grande. No ano anterior, nós tínhamos arrecadado em ITBI R\$ 5 milhões, e o que se acreditava era que a atividade imobiliária ficasse, no ano de 2023, um pouco lenta. E não foi esse o desenho que nós apresentamos. Aconteceram no município muitas transações, principalmente de áreas rurais muito grandes, fazendo com que nós tivéssemos uma arrecadação muito boa de ITBI. Imposto de renda R\$ 23 milhões. Ano anterior foi na faixa de R\$ 17 milhões. Tivemos um ganho grande. O município está ingressando agora com uma ação contra a União para recuperação de imposto de renda. A gente detectou que a gente tem uma defasagem de impostos cobrados a maior do município, da ordem de R\$ 6 milhões de reais, que a gente vai tentar reaver isso primeiro por processo administrativo, se não der por processo judicial. Imposto sobre serviços de qualquer natureza, o ISS, R\$ 37 milhões. Esse apresentou um crescimento bastante considerável. No ano anterior foi de R\$ 30 milhões e no ano anterior foi de R\$ 22 milhões. Então, a gente tem tido um crescimento da arrecadação própria do município muito grande. Isso se deve principalmente a toda mudança que fizemos na estrutura tributária do município, principalmente incentivando a cobrança e grande parte em cima do volume de obras. As obras trazem para o município uma arrecadação de ISS muito forte. Taxas, R\$ 9,8 milhões. Taxa do poder de polícia,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

que é basicamente alvará, R\$ 3,8 milhões, apesar de ter crescido ainda para o nível comercial do município, é pouco. Temos uma inadimplência muito grande de Alvará. Se você andar pelo comércio e começar a olhar, vai ver muita gente com Alvará vencido e a estrutura de fiscalização do município não abrange todo mundo. Fizemos um refiz muito longo ano passado, que durou seis meses, tentando resgatar um pouco desses recursos, foi bastante promissor, mas não atingiu a meta que esperávamos na questão dos alvarás. Esse é algo ainda que tem um calcanhar de Aquiles, que ainda precisamos trabalhar muito forte em cima disso. Taxa de prestação de serviços, R\$ 5,8 milhões. Dentro dessa taxa, o principal, a arrecadação, é o lixo. Desses R\$ 5,8 milhões, algo em torno de R\$ 4,5 milhões é da taxa de lixo. Nós não mexemos nessa taxa de lixo no valor dela há muitos anos. Temos mantido ela constante e isso facilitou a arrecadação. A inadimplência tem sido muito pequena. Taxa de Vigilância Sanitária, R\$ 127 mil. Contribuição de Melhorias, R\$ 33 mil. Receitas de Contribuição, R\$ 18 milhões, que é o Plano de Seguridade, Previporã, como o Rafael já apresentou agora anteriormente. Contribuição da Iluminação Pública, COSIP, R\$ 11.673 milhões. A gente tem investido muito em iluminação no município. Agora vai começar uma operação muito grande, com recurso da COSIP para iluminação de LED no Marambaia e em algumas outras áreas da cidade. Esse recurso, o município tem o direito de trazer 30% para dentro do caixa para fazer o que quiser. Nós não fazemos isso há quatro anos, nós investimos todo ele em iluminação pública. Para o Caixa do Município, para o Tesouro, é um sacrifício, mas nós entendemos que o bem-estar da população é muito mais importante. Então, a COSIP tem sido usada 100% nas questões de iluminação pública, sem nós fazermos a restituição para o Caixa do Município. Nós estamos com um projeto grande para a iluminação, para deixar pronto para os próximos anos. Vamos tentar deixar ele fechado até o fim desse mandato. Receita patrimonial, R\$ 18.937 milhões. Receita imobiliária, R\$ 345 mil. Receita mobiliária, R\$ 9,4 milhões. Basicamente são grande parte de rendimentos de aplicações financeiras. A cessão de direitos de operacionalização de pagamento, R\$ 9.174.000. Esse cabe uma ressalva. Ano anterior foi de R\$ 1.000.000,00, essa arrecadação. Ano passado, em dezembro, nós negociamos a folha de pagamento do município novamente, foi a terceira





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

renovação. Essa renegociação é permitida a cada cinco anos e fizemos ela no fim do ano passado. A última negociação feita no ano de 2015, ela foi da ordem de R\$ 3 milhões, no governo do prefeito Ludimar. Na gestão do Hélio, foi feita uma outra renegociação no valor de R\$ 5,5 milhões parcelado. E, agora, no último ano, na gestão do prefeito Eduardo Campos, em dezembro, a gente renegociou essa folha de pagamento por R\$ 8 milhões à vista. Por isso temos R\$ 9.174.000. Esse dinheiro, basicamente, para a gente poder fazer frente às contrapartidas que a gente tem de obras, principalmente do Fonplata. Receitas, correntes, transferências da União, R\$ 143 milhões. Sendo composta da seguinte maneira. FPM, Fundo de Participação dos Municípios, e o ITR somaram R\$ 95 milhões, este teve um crescimento razoável no ano de 2022, foi da ordem de 90 milhões. Apesar de não termos crescido em índice, porque a nossa população não atingiu 100 mil pessoas, mas fizemos um trabalho muito árduo e conseguimos manter o nosso nível de FPM em cima dos 92 mil habitantes que Ponta Porã chegou. Transferências de compensação financeira, que aqui é basicamente o fundo do petróleo, Um milhão e meio. Esse valor caiu muito em relação aos anos anteriores. Os anos anteriores sempre esse valor é o dobro, o triplo. Se você pensar aí um milhão é pouco, não é pouco. É muito dinheiro, dá para fazer muita coisa ao longo de um ano, e nós perdemos muito aí. Não só Ponta Porã. Isso foi tirado de todos os municípios. Transferências do SUS, R\$ 34 milhões. A União investiu muito em saúde nesse último ano. No ano de 2022, essa transferência foi de R\$ 20 milhões e, no ano de 2023, a União passou para R\$ 34 milhões. Isso compensou um pouco das perdas que nós tivemos nas transferências do Estado. Transferência do Fundo Nacional de Saúde R\$ 2.252.000,00. Transferência do FNDE, Fundo Nacional de Educação, R\$ 5.251.000,00. Outras transferências da União, R\$ 4.000.000,00. Esse foi um valor que a gente recebeu no fim do ano também, como compensação de perdas de FPM, compensação de perdas de ICMS, que foi um benefício que o governo federal transferiu aos municípios. Ponta Porã recebeu algo em torno de dois milhões a mais nesse ano. Transferências do Estado, R\$ 134 milhões, sendo ICMS, R\$ 82 milhões. Cabe ressaltar que a gente há oito anos perde ICMS, nosso índice cai todo ano. Seguidamente, a gente tem recorrido judicialmente, tentado mexer isso, demonstrar





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

que a atividade econômica do município não caiu em relação ao resto, mas não temos logrado o êxito. Apesar de tudo, tem crescido a arrecadação em função do aumento de arrecadação do Estado, de maneira geral. Teve um crescimento de R\$ Cinco milhões de reais em relação a 2022. Isso não cobra perda inflacionária, no final das contas, mas nominalmente não perdemos. IPVA, R\$ 16 milhões. IPI, R\$ 531 mil, cota parte da CID, imposto do combustível, R\$ 30 mil. Esse aí caiu violentamente. Ele era da ordem de R\$ 200 mil nos anos anteriores, veio para R\$ 30 mil em 2023. Quando você olha números muito grandes, quando você fala em R\$ 10 mil, R\$ 30 mil, parece pouco. Mas quando você trabalha com gestão de contas, de pagamentos, você vê que isso aí é bastante significativo, que ajuda você a fazer alguma coisa de útil e que esse dinheiro acaba fazendo falta no final das contas. Transferências de recursos do SUS do Estado, R\$ Seis milhões, caiu para metade do ano anterior. Outras transferências do Estado, R\$ 28 milhões, que aí foi FIS, Fundersul e Transporte Escolar. Aqui foi compensada a perda na saúde, foi compensada com o acréscimo de quase oito milhões de reais em relação ao ano anterior. Essa conta é muito expressiva, porque o ano de 2024 vai ser muito ruim nessa rubrica. Por quê? O FIS não existe mais. E também o Fundersul dos combustíveis, o Estado cortou. Dentro desses dois patamares, nós perdemos algo em torno de R\$ 500 mil/mês. Tínhamos uma arrecadação de Fundersul de algo de R\$ 500 mil, veio para R\$ 170 mil, e o FIS praticamente zerou. Segundo o Estado, esse valor vai ser repassado dentro do ICMS. Até agora, pelos cálculos de nenhum município, nós temos falado com praticamente todos, ninguém notou esse acréscimo dentro do ICMS. Amanhã, tem uma reunião com o secretário de Fazenda do Estado, ele vai receber cinco secretários de Fazenda, representando os 79 do Estado. Dentre eles, vou ter a honra de fazer parte desse grupo de cinco. para ver a explicação de como vai ser repassado dentro do ICMS esse recurso para os municípios. Outras transferências de Instituições Privadas, R\$ 225 mil. Aqui, basicamente, são empresas que destinam seu imposto de renda para ações sociais do município. Cabe dar os parabéns aqui para a empresa Ciarama, que é uma das grandes contribuintes nessa rubrica, transferindo para a ação social do município o seu imposto de renda. Transferências multigovernamentais, que é basicamente o Fundeb, R\$ 84 milhões





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

e 700 mil. Outras receitas correntes. Multas administrativas, R\$ 700 mil. Indenizações e restituições, R\$ 1,036 milhão. Demais receitas correntes, R\$ 271 mil. Esses R\$ 271 mil são recuperações que fizemos de INSS cobrado a maior. De uns anos para cá, temos concentrado muito prestar atenção naquilo que o governo cobra do município. Tanto em imposto de renda, INSS e outras contribuições, nós temos conseguido recuperar alguns valores cobrados a maior. Não é por má fé, é questão de cálculo, e nós conseguimos demonstrar para o governo federal que foi cobrado a maior e restituir. Pelo menos até 2021 a gente conseguia fazer compensação automática disso aí, não precisava entrar judicialmente nem nada. Esse ano, esses dois últimos anos, a gente ainda não experimentou para ver como é que o governo federal vai atuar nesse sentido. Receitas de capital, operações de crédito, R\$ 27 milhões. Alienação de bens, R\$ 2 milhões e 345. Isso tinha sido praticamente zerado anteriormente. Aqui foram os leilões que promovemos, basicamente, no final do ano passado. Deu uma arrecadação boa. Transferência de capital, R\$ 66 milhões. Esses 66 milhões, basicamente, é composto por transferências do Estado e da União para obras. Desse volume, grande parte é o dinheiro que veio para fechamento do anel, veio muito recurso para o anel viário ano passado. No ano anterior, esse investimento foi de R\$ 36 milhões, tivemos um crescimento de R\$ 30 milhões em recursos de convênios. Receita entre a orçamentária, R\$ 17 milhões, que é do Prevíporã. Dedução da Receita R\$ - 37 milhões, dedução do Fundeb R\$ -37 milhões, chegamos na receita total de R\$ 598 milhões. Um pouco mais que o dobro de oito anos atrás. A composição gráfica, eu gosto de mostrar isso porque eu sempre falo que os municípios são muito dependentes do que vem da União e do que vem do Estado. Quando começamos esse trabalho, lá em 2017, o município dependia de recursos da União e do Estado, próximo da ordem de 60% do recurso da receita era proveniente, de alguma forma, da União e do Estado. Hoje, esse recurso está na ordem de 47%, essa dependência, e nós vemos baixando isso ano a ano, devido ao aumento da receita própria do município. Despesas. Então, orçamento R\$ 644 milhões, despesas empenhadas R\$ 622 milhões. Se você olhar, arrecadamos R\$ 598 e gastamos R\$ 622. Essa é a questão contábil em função de empenhos que ficaram para 2024 e empenhos de 2022 que foram cumpridos em 2023.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aqui o resumo de como está composta essa despesa. Pessoal e encargos, R\$ 272 milhões. Juros e encargos da dívida, R\$ 5.906 milhões. Despesas correntes. Manutenção da secretaria, R\$ 179 milhões. No ano de 2021, esse valor foi de R\$ 170 milhões. No ano de 2022, R\$ 171 milhões. No ano de 2023, R\$ 179 milhões. Então, a gente tem mantido um patamar de despesas sob equilíbrio. Investimentos, R\$ 134 milhões, e amortização da dívida, R\$ 29 milhões. Eu quero falar para os senhores sobre juros e encargos e amortização de dívidas. Se você somar o que o município amortizou de dívidas com aquilo que ele pagou de juros, a gente chega a R\$ 35 milhões de reais, pagos no ano de 2023. No ano de 2022, foram pagos R\$ 37 milhões, somando essas duas rubricas. Mas qual é a importância? A importância não são esses R\$ 2 milhões que caíram. A importância é a qualidade desse número. Nós pagamos de juros, em 2023, R\$ 5,9 milhões, R\$ 6 milhões. Nós pagamos de juros, em 2022, R\$ 17 milhões. Nós diminuimos a dívida em 2023 em 30 milhões, basicamente. Nós diminuimos a dívida em 2022 em 17 milhões. Nós paramos de pagar juros e passamos a pagar muito mais o principal da dívida. Ou seja, o endividamento do município tem caído bastante, com uma frequência, uma velocidade muito grande. Isso não vai refletir na dívida final, mas isso tem proporcionado para o município uma melhora na capacidade de pagamento. Ou seja, um perfil de endividamento muito maior do que era previsto anteriormente. O município assume uma postura de estar entre aqueles possíveis pegadores de empréstimos novos. Entre aquele grupo de municípios que os bancos procuram, e não o município vai atrás. Mudamos de patamar a partir desse momento, a gente passou a ser procurado e não procurar dinheiro. Recursos vinculados, Fundeb. Fundeb tinha um orçamento previsto de R\$ 94,5 milhões, arrecadou R\$ 85 milhões, foi empenhado 84 milhões, sendo que 85% ficou dentro do pagamento de profissionais de educação, dentro da base dos 70%, e 14% ficaram ali dentro dos 30%, perfazendo esse total de R\$ 84 milhões. O orçamento previsto Para esse ano, está muito próximo disso, mas o município teve que assumir grande parte desse 30% a partir desse ano para poder fazer frente às despesas com salários de pessoal de educação. Fundo Municipal de Saúde. Saúde, eu peço novamente licença para a gente passar muito rapidamente por isso. Aqui é uma obrigação legal falar,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

mas amanhã tem uma audiência exclusiva da saúde. Então, para não ficar repetitivo para os senhores, os mesmos números. Receita prevista, R\$ 84 milhões. Receita arrecadada, R\$ 92 milhões de reais. Isso foi bastante superior ao ano de 2022 dentro da saúde, onde o previsto de 2022 era 58 e 23 foi a 84. Em 2022, acabou arrecadando R\$ 80 milhões e, em 2023, acabou arrecadando R\$ 92 milhões. Tivemos um crescimento da arrecadação da receita do município. Se você pegar, em R\$ 92 milhões, 46, 50% saiu dos cofres do próprio município, que é um número bastante considerável. Esse 50, 46%, no ano anterior foi da ordem de R\$ 40 milhões. Então, a transferência do município aumentou em relação aos anos anteriores. Receita patrimonial, R\$ 580 mil. Transferências da União, R\$ 36 milhões. Transferências do Estado, R\$ 9 milhões. Não tivemos outras transferências de recursos. Receita para apuração da aplicação, R\$ 284 milhões. Aplicação mínima 15%, o valor aplicado 16,31%. E é um valor que a saúde tem mantido constante. No ano de 2022 foi de 16,4%, um pouquinho a mais. A previsão para esse ano de 2024 é chegar próximo do 17% e manter a saúde com um pouco de aplicação, mais do que o obrigatório. Transferência da União, transferência do Estado, as despesas executadas. Despesa prevista, R\$ 84 milhões. Despesa empenhada, R\$ 92 milhões. Pessoal e encargos, R\$ 43 milhões. Despesas correntes com custeio, R\$ 46 milhões. Investimentos, R\$ 3,6 milhões. Perfazendo o total de R\$ 92 milhões. Fundo Municipal de Assistência Social, Receita prevista R\$ 15.600,00, realizado R\$ 14.500,00. Composição desse valor, R\$ 2.252,000 da União, do Estado R\$ 889.000,00, rendimento R\$ 128.000,00, outras receitas R\$ 7.000,00, recurso próprio do município R\$ 10.841.000,00. Há seis anos, nós mantemos na faixa de 77% desse valor vindo do município. Total R\$ 14.118.634,00 reais. Metas fiscais, fundo de investimento social, o FIS, como eu já falei, para esse ano de 2024, o FIS acabou. Ele vai estar dentro do recurso próprio. Transferência do Estado, R\$ 705 mil. Rendimentos, R\$ 35 mil. Total, R\$ 740 mil reais. Despesa empenhada, R\$ 579 mil. Limites de gestão fiscal do município, terceiro quadrimestre. Com o pessoal. Chegamos aí nos 46,78% bem abaixo do limite de alerta. Temos mantido isso nos últimos três anos. Ano passado foi um pouquinho maior, ano passado foi perto de 48%, no ano de 2021 foi em torno de 46, 45 %, e no ano anterior em





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

torno dos 46 % também. A nossa meta lá atrás era que esse número fechasse, 2024, em torno de 45%. Nós não vamos conseguir chegar nisso. Se conseguirmos manter na faixa dos 47 %, já vai ser um ganho muito grande. Mas, se você lembrar que pegamos perto dos 54 %, já reflete uma realidade completamente diferente na história do município. Aplicação e educação, impostos arrecadados até dezembro/2023, aplicação R\$ 78 milhões, fechamos aí perto dos 27%. Lembrando, legalmente, são 25% e temos mais 5% por lei municipal, deveríamos ter chegado nos 30%. Se os senhores lembrarem, no ano anterior também não atingimos essa meta, tivemos que compensá-la dentro do ano de 2023. Então, a compensação do ano de 2022 acabou não refletindo a proximidade dos 30% nesse ano. Então, nós ficamos para 2024, tem que repor esses 5%. Na verdade, esses 3% que faltaram. Em saúde, como eu já demonstrei, aplicados 16,31%. Para encerrar, a demonstração da dívida do município. Dívida com a caixa econômica, os financiamentos que a gente tem com a caixa. Em dezembro de 2022, era de R\$ 64 milhões, em dezembro de 2023, de R\$ 58 milhões. O Fonplata de R\$ 67 milhões para R\$ 62 milhões. Aí foi ajuste em relação às contrapartidas que o município acabou efetuando. Banco do Brasil, o empréstimo que nós pegamos de R\$ Quatro milhões que foram comprados exclusivamente para a compra dos novos caminhões de lixo. INSS, de R\$ 550 mil para R\$ 11,5 milhões, parcelamento de dívidas que o município fez, e aí tem dívidas de vários anos, inclusive. Previporã, R\$31 milhões, foi para R\$ 40 milhões, com os ajustes de correção e juros. Receita Federal, Pasep, de R\$ 10,6 milhões, caiu para R\$ Nove milhões. Precatórios, que devíamos R\$ 6,5 milhões, nós zeramos o pagamento. Esse aqui ainda é reflexo daqueles R\$ 30 milhões que o município pagou. Na verdade, no ano de 2022, a gente cumpriu R\$ 24 milhões desses R\$ 30 milhões e no mês de janeiro de 2023, a gente pagou o saldo restante de R\$ 6,5 milhões. Total da dívida do município, R\$180 milhões, em 2022. Total em 31/12/2023, R\$ 186 milhões de reais. Era isso que eu tinha, presidente. Agradeço a atenção de todos e estamos abertos para questionamentos. Em tempo, o presidente gostaria de agradecer a presença do Sr. Celino Melgarejo, presidente da Associação de Moradores do Grande Marambaia, do excelentíssimo Sr. Vereador Kleber Ortiz e do Sr. Vereador Vanderley Avelino. Tendo em mãos aqui a lista de





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

algumas pessoas que se inscreveram para o uso da palavra, eu convido o vereador Marcelino Nunes para que possa usar a tribuna. São só três pessoas. Sr. Presidente, membros da mesa, secretário Fabrício, meu particular amigo, quero destacar aqui sua competência à frente da pasta das finanças no município, nobres colegas, em seu nome cumprimento os demais. Vereadores presentes, público que nos prestigia nesta manhã. Em nome da professora Mirtha, cumprimento todas as mulheres. Em nome do ex-vereador Otaviano, cumprimento os homens presentes na nossa prestação de conta. Eu tenho só duas perguntas e já praticamente respondido, mas apenas porque me mandaram essa pergunta, é importante que a gente faça. Da garantia dos R\$ 186 milhões, você já me disse aqui que a garantia seria os repasses da União que repassam para o município, é isso? E a outra pergunta é em relação ao COSIP, de R\$ 11 milhões, que existe uma prestação de manutenção mensal. Isso também me respondeu, mas se pudesse, por gentileza. Essas duas perguntas, presidente. Obrigado pela colaboração, vereador Marcelino. Convido o professor Fabrício para que faça uso da palavra. Desses R\$ 186 milhões da dívida, praticamente 90%, até mais, a garantia é da União Federal. Toda vez que o município pretende um novo empréstimo, ele tem duas opções. Com garantia da União ou sem garantia da União. Com garantia da União, o juro é mais baixo, sem garantia da União, a gente tem um juro um pouquinho mais elevado. Como é que funciona essa garantia da União. Você vai pedir um empréstimo, você passa uma lei autorizativa na Câmara, a Câmara autoriza a pedir o empréstimo e a União faz um estudo e autoriza o banco ou não a emprestar dinheiro para o município. Esse estudo em função da capacidade de pagamento do município. A garantia da União é atrelada ao FPM, o Fundo de Participação dos Municípios. Como que ela funciona? O município não pagou, o governo federal não repassa e quita a conta do município. Automático. Sem consultas. Então, a União é muito resguardada nesse sentido e os bancos têm a certeza de que não vão perder nunca. Então, por isso que o juro com garantia da União é sempre mais barato. E todos os financiamentos do município foram feitos com garantia da União Federal. Quanto à COSIP, dessa arrecadação, temos um contrato de manutenção geral licitado. Esse contrato gira em torno de R\$ 200 mi/ meses. Ele varia porque é um contrato onde a





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

empresa coloca mão de obra e material, o município não se mete, e, dependendo da quantidade de manutenção que ele faz, é um pouquinho mais, um pouquinho menos. Mas gira entre 180 mil/ meses a 240 mil/ meses, dependendo da necessidade. E todo o saldo dessa COSIP é feito em novos investimentos, onde a gente tem mudado o perfil de iluminação do município. Esse investimento que a gente faz da COSIP em iluminação, ele, na verdade, reverte em receita futura para o município. Toda vez que a gente troca uma lâmpada de mercúrio, uma lâmpada amarela dessa por uma lâmpada de LED, A Secretaria de Obras informa a Energiza. O custo que a Energiza nos cobra pela iluminação desse poste com uma lâmpada de mercúrio, com uma lâmpada de LED é bem inferior. Se você somar aí os quase dezoito mil postes que tem no município, isso aí dá um recurso final bastante considerável no final do mês. Esse recurso reverte para que a gente possa continuar investindo. Então, a gente tem que ter sempre uma prestação de contas para energiza muito forte para mostrar para eles, olha, a gente trocou, tem que baixar no mês seguinte, eles vêm in loco, eles fazem vistoria anual de toda a rede que a gente informa, eles mandam relatório mensal para nós do que eles têm como sendo do município para a gente comparar com aquilo que a gente tem, e nisso a gente vai tabelando com a Energiza e tentando a diminuição do custo dessa energia. Esses R\$ 11 milhões, ele não fica líquido. A gente paga a conta de luz do município. Hoje, a conta de luz do município de postes, iluminação pública, ela gira em torno de algo de R\$ 350 mil reais/ mês. Sobra para o município algo em torno de 600 mil para fazer investimento. Desses R\$ 600 mil reais, R\$ 200 mil reais é gasto em manutenção e R\$ 400 mil reais o município aplica em novos investimentos todo mês. Não sei se respondi, vereador. Tem uma pergunta aqui também em relação ao endividamento do município. Qual seria a posição máxima que pode chegar nesse endividamento. Por lei, um município, não só Ponta Porã, qualquer município pode se endividar até 1,2% da receita corrente líquida. No caso de Ponta Porã, o nosso endividamento máximo pode chegar a R\$ 700 milhões. Hoje está na faixa de R\$180milhões. Com o fechamento do Fonplata e com o encerramento dos financiamentos que a gente tem ainda dentro desse ano, a perspectiva é que a gente feche esse mandato com o endividamento da ordem de R\$ 280 a 300 milhões





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

de reais. Convido para fazer a pergunta, inscrito em lista, Aldair Nogueira. Bom dia a todos. Vereador Agnaldo, vereadora Kamila, vereadores, Sr. Fabrício. A minha pergunta eu vou direcionar para o Sr. Rafael. Quando nós analisamos o fluxo de caixa, nós observamos que fechou com superávit de R\$ 9 milhões. Aí eu aproveito para parabenizar pelas aplicações do Previporã. Porém, se nós observarmos ali, a entrada de recurso foi da ordem de R\$ 39 milhões. As despesas, a utilização, ficou da ordem dos R\$ 50 milhões. A minha pergunta é, se nós desconsiderarmos o investimento que é feito das aplicações, dá aí um déficit de 11 milhões. Está entrando menos dinheiro da Previdência do que seria necessário para pagar a folha de pagamento. Se nós dividirmos esses 11 milhões em 13 folhas e meia dos nossos servidores, dá na casa de R\$ 834 mil/mês. Aí a minha pergunta, que planejamento tem se pensado a médio e a longo prazo, para que a Previdência não dependa exclusivamente desses investimentos e ela se mantenha para os futuros aposentados. Uma vez que a nossa Previdência ela é solidária. Quem está aposentado hoje depende da minha arrecadação. Então eu preciso que alguém esteja na ativa quando eu me aposentar. Então essa é a minha pergunta, direcionada ao senhor Rafael Fração. Obrigado. É muito pertinente essa pergunta, Aldair. O que acontece? Apesar do superávit, realmente teve essa perda no investimento. Isso se dá por conta de que, o ano passado foi feito um parcelamento também do aporte financeiro com o município, que estava atrasado, e aí não entra repasse diretamente desse valor. Então, ele fica diluído. Todo ano é feito o cálculo atuarial, que já prevê essas perdas. Então, do déficit financeiro. Outro fator importante que contribuiu para essa diminuição, foi a demora na posse do concurso também. Porque o cálculo atuarial, quando foi elaborado, em 2022, tinha perspectiva de que os novos concursados tomassem posse. Então, ele foi elaborado com base nessas informações, o novo concurso. E não aconteceu. Agora está sendo elaborado um novo cálculo atuarial, com novas informações que justamente vem e corrige esse déficit financeiro. É algo que todo ano tem que ser feito o cálculo, tanto que agora com as novas informações do concurso, o município com os repasses todos os dias, não vai ser necessário o parcelamento. O cálculo se manteve, a projeção da meta para esse ano. É algo que está no cálculo atuarial e que é possível de acontecer, mas tem essa previsão. É





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

diluído no plano em 25 anos, se não me engano. Fui claro? Obrigado. Outra pergunta é que houve um crescimento no valor arrecadado do IPTU, é isso? O que explica esse crescimento do IPTU. Vamos lá. Obrigado essa pergunta, não sei quem fez, mas essa é bastante interessante porque permite que a gente fale de algumas conquistas do município e de alguns problemas que a gente tem para enfrentamento. O município, depois que implantamos o sistema de gestão territorial, o IPTU cresceu muito. Se vocês lembrarem, em 2016, teve um lançamento de R\$ 13 milhões com uma arrecadação de R\$ 7 milhões. Esse ano, de 2024, estamos lançando R\$ 35 milhões e esperando uma arrecadação de 70%, que é o número que o município tem atingido. Nós, desde 2019, temos batido a casa de 70% de arrecadação, que é um número bastante considerável, muito acima da média da maioria dos municípios. Anteriormente a isso, o município ficava na faixa dos 50%, o que se deve ao aumento da arrecadação. Todo aquele cadastramento de imóveis que fizemos, levantando via georreferenciamento e recalculando os impostos, permitiu que ampliasse muito a base de arrecadação. Ou seja, a gente manteve o valor do IPTU sem aumento, mas aumentou o número de imóveis que eram cobrados e que antes não pagavam ao município. Então a gente teve um aumento bastante considerável do IPTU. E esse é um problema que a gente detectou no IPTU que vocês vão começar a receber em casa a partir de agora. Carnê já está no correio, 10 de abril, primeira parcela. Mas nem pense em primeira parcela, 90% do que Ponta Porã arrecada em IPTU, população paga à vista. Isso a gente deve, principalmente, ao valor do nosso desconto, que é muito bom, e ele acaba não se tornando perda de receita, porque ele aumenta a arrecadação. A gente detectou um aumento muito pequeno, de 2023 para 2024, do número de imóveis. Ou seja, continua em Ponta Porã uma grande quantidade de obras irregulares, sem serem devidamente licenciadas na prefeitura. Isso levou a tomarmos outra atitude para o ano de 2025. Vamos refazer o georreferenciamento do município. Compramos uma foto de satélite nova com precisão de erro de oito centímetros. Então não vai ter como reclamar de medição. A ideia nossa era fazer um voo, mas o voo custa um milhão e meio, que é um piloto especial, um avião especial, câmera especial. A gente optou por uma maneira mais barata, que é a compra da foto de satélite. Vamos recalcular isso e vamos atrás





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

dessas obras irregulares, a partir de agora, para trazer para dentro da base de arrecadação do município. Ganha todo mundo, porque quem não está pagando passa a pagar e acaba permitindo que a gente não cobre mais de quem paga, não onerando aquele que é fiel, aquele que é correto na sua contribuição. Não sei se respondi. A pergunta foi feita pela transmissão. Maria Silva Santos, que fez a pergunta. Está explicado, sim. Convido o ex-vereador Otaviano Cardoso, inscrito em lista, para fazer uso da tribuna. Bom dia a todos. Bom dia, presidente, vereador Agnaldo Miudinho, na sua pessoa, cumprimento os demais vereadores, secretário Fabrício Cervieri, meu irmão de fé. Também cumprimento os demais representantes aqui do Poder Público Municipal. Na pessoa, da minha esposa Teodora, que me acompanha, todos os presentes, quero te saudar participando dessa audiência, que eu julgo ser da mais importante Porque, como disse o secretário Fabrício Cervieri, já entrando nas perguntas, quando o Hélio Peluffo assumiu a Prefeitura de Ponta Porã, o município arrecadava R\$ 240 milhões por ano. Nós temos aqui a prestação de contas hoje, que fechou 2023 com R\$ 598 milhões. Mesmo assim, secretário, Fabrício Cervieri, se a gente analisar o trabalho que vossa excelência está fazendo frente à Secretaria de Planejamento e Finanças, nós tivemos um aumento de 150% na arrecadação do município de Ponta Porã, saltando de R\$ 240 milhões para R\$ 598 milhões. Mas, se a gente olhar os números, que era uma previsão de arrecadar R\$ 644 milhões, nós arrecadamos R\$ 598 milhões, nós ficamos com um déficit de 9%, aproximadamente R\$ 46 milhões. A preocupação é do ano de 2024, que os economistas não são muito otimistas, da gente ter uma arrecadação nessa ordem. Eu queria fazer algumas perguntas à Vossa Excelência. A gente sabe que o Anel Viário é uma obra emblemática, que está sendo executada em parceria município e governo, e a parte de iluminação pública que foi feita no Anel Viário, eu gostaria de saber se ela foi bancada pelo município, através da COSIP, ou foi uma parte que o governo do Estado arcou com essa despesa, uma despesa na ordem de R\$ Sete milhões de reais. Outra questão que eu gostaria de perguntar ao secretário, e também parabenizá-lo ao mesmo tempo, porque V. Excelência disse que, alguns anos atrás, o município dependia 60% dos repasses constitucionais da União e do Governo de Estado, da sua receita, do seu bolo arrecadado.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Hoje, o município está aí na faixa de 47%. Quer dizer, aumentou a arrecadação municipal. Levando em conta os dois principais, vamos dizer assim, as duas principais secretarias de educação, a secretária Mirta está presente, o senhor tem uma previsão de arrecadação de mais de R\$ 90 milhões, R\$ 94 milhões e o senhor teve uma entrada de recursos de R\$ 85 milhões. Eu gostaria de saber qual que é o aporte feito pela gestão da administração Eduardo Campos, já que, na saúde, nós tivemos um superávit, tinha uma previsão de arrecadar R\$ 84 milhões, nós arrecadamos R\$ 92 milhões como está aqui na prestação de contas da receita, e o senhor disse que o município colocou um aporte de mais de R\$ 46 milhões só na saúde em Ponta Porã. Eu gostaria de saber do senhor qual é esse aporte que o município faz na educação, sendo que na saúde, a gente sabe que a educação, o senhor disse que está com déficit de R\$ 10 milhões Porque o que nós recebemos para atender uma população de treze mil alunos, não é suficiente o dinheiro que nós recebemos da União. E o município está fazendo esse aporte. Então, eu gostaria de saber qual é o valor desse aporte. E com relação agora ao presidente do Previporã, que me antecedeu, já fez a pergunta, que é preocupante, o Previporã, hoje, até 31 de dezembro, ele tinha R\$ 156 milhões em caixa, hoje ele tem R\$ 166 milhõe tem um superávit de quase R\$ 10 milhões, mas se não tivesse a entrada do rendimento em torno de R\$ 18 milhões das aplicações, o Previporã estaria em um vermelho muito grande. Agora, a pergunta que eu faço presidente do Previporã, o rendimento mensal das aplicações do Previporã é em torno de R\$ 1,5 milhão de rendimento. Nós tivemos meses aqui, como o mês de Março tivemos nós tivemos um rendimento de R\$ 2,4 milhões. Mas, de repente, eu não sei qual é a situação de mercado, o que aconteceu, mas, em outubro, o rendimento caiu em média de R\$ 1 milhão e 500, caiu para R\$ 500 mil, nós tivemos um rendimento pífio, insignificativo em relação ao que era o rendimento mensal do Previporã nas aplicações. Preocupante essa situação, porque eu não sei hoje se tem diminuído o número de contribuinte, que no caso, são funcionários efetivos, para a Previdência Municipal em relação à Previdência Federal, que é o INSS. Então a gente vê que o que o Previporã arrecada hoje não é suficiente para cobrir. Mas a pergunta específica é o seguinte, o que aconteceu para o investimento, o rendimento de aplicação em torno de R\$





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

1,5 milhão por mês cair para 500 mil por mês nesses dois últimos meses do segundo quadrimestre do ano passado. É isso. É importante essa observação, Otaviano, que, infelizmente, essa movimentação financeira não está diretamente atrelada ao Previporã. Nós temos os investimentos e tem lá determinados investimentos que tem que ficar mantido por um, cinco, três anos. Então a gente não pode desenquadrar essa carteira no momento que ele oscila. Esse é o mercado financeiro. Às vezes ele é bom, outras não. Muitas vezes ele é interferido por um fator externo, uma guerra entre Rússia e Ucrânia, uma pandemia, até uma fala meio-torta de um presidente de uma nação, interfere no mercado financeiro. E é a volatilidade dos investimentos. Então, realmente setembro e outubro foi assim, por um ano que vinha caminhando muito bem, foi bem preocupante. E a gente conversava sobre isso lá no Previporã, se novembro e dezembro como seria, porque acendeu um alerta. Mas ainda bem que deu uma recuperada boa em novembro, com 1,64, foi o melhor mês do período, e dezembro também acima de 1,23. Como o Toninho bem lembrou, o último ano que tivemos uma valorização da nossa carteira tão positiva foi em 2019. De lá para cá, teve vários acontecimentos que não fez com que o Previpoã tivesse um rendimento tão bom como teve agora, em 2023. Eu vejo na prestação de contas, na réplica, Sr. Presidente, que se faz a aplicação em várias instituições financeiras. Em todas elas houve essa diminuição, então é isso. Em todas elas, Banco do Brasil, Caixas e Crédito, em todas elas houve essa diminuição. Aqui é o valor global. A legislação do Ministério da Previdência determina que até 100% dos nossos investimentos podem estar em títulos públicos, 95%, se não me engano, são títulos públicos. É uma carteira bem conservadora, sem risco, renda fixa, pré-fixada, outras pós-fixadas, renda variável mínimo, a gente não se expõe muito. Infelizmente, essa volatilidade é devido ao mercado financeiro mesmo. Os acontecimentos globais. Certo. Grato pela resposta. Vamos lá, meu irmão. Obrigado pelo carinho de sempre. Começando pela questão da iluminação do anel viário. Parte foi feita com recursos da Cosip. Sim. E a outra parte, faço aqui meu agradecimento a essa casa, aos vereadores de Ponta Porã, que interferiram junto ao senador Nelsinho Trad e trouxeram uma emenda de R\$ 8 milhões específica para iluminação do anel. Então, a gente usou essa emenda de R\$ 8





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

milhões e o restante foi Cosip. Basicamente, não vou dar números redondos, mas a iluminação total do anel vai fechar em torno de R\$ 17 milhões. O senador participou com praticamente metade da iluminação do contorno do município. Quanto à questão do aporte em educação, o município aporta muitos recursos na educação. Não vou precisar do total, mas vou dar alguns exemplos. Merenda. O município gasta em torno de R\$ 10 milhões por ano em merenda. Desses R\$ 10 milhões, recebe R\$ 1 milhão da União e o resto é recurso do próprio município. Transporte escolar. O que nós recebemos do convênio com o governo do Estado, dos oito meses que o transporte roda, dez ou oito, professora, Não fecha a dez. Vamos falar em nove. Dos nove que o transporte roda, o convênio cobre algo em torno de seis. O município banca três meses de transporte escolar. Quanto é o transporte escolar por mês? Algo em torno de R\$ dois milhões e meio mês. É gasto em transporte escolar. O que é esse convênio? O município transporta também os alunos da rede estadual. Então, ele recebe um recurso do Estado e nós tentamos, através da gestão da Secretaria de Educação, fazer um compartilhamento para que isso fique da forma mais econômica para o município possível. E o município, mesmo assim, nós temos que implementar recursos. Todo o investimento em reforma, pintura, ampliação de salas de aula, construção de novas creches, novas escolas, todo esse investimento é do município. Então, se você for colocar, o investimento que foi feito na saúde é 16% da arrecadação. O investimento que foi feito em educação é de 26% dessa arrecadação. São duas fontes de muito investimento. Infelizmente, você gastar com saúde e educação é a mesma coisa que você secar gelo. Porque quanto melhor você fica, maior a demanda e mais você vai tendo que gastar. Mas esse é o ônus da competência. Gostaria de ter que todo ano ter que investir mais. Significa que a gente está trabalhando bem. E é o que tem acontecido ao longo desses anos. Me desculpe, eu perdi só o foco da sua terceira pergunta a respeito da dependência das transferências de união e do Estado, do 60% para o 47%. Não, que hoje o senhor disse que o município conseguiu, porque a gente, num passado não tão distante, não chegávamos a R\$ 4 milhões de arrecadação do IPTU, por exemplo. Hoje o senhor arrecada R\$ 25 milhões. O senhor disse que o município era dependente 60% das transferências da União e do Estado, e hoje o





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

município já não é dependente dessa forma. Em torno de 47%, 53% seria. Do que o município arrecada aqui. Quer dizer, é um trabalho da gestão. Exatamente. Essa diferença está, basicamente, no crescimento da arrecadação própria, na melhora da condução da arrecadação e do perfil dos impostos do município. A gente conseguiu aumentar essa arrecadação. Lógico que os financiamentos também ajudam muito, contam dentro da receita e isso tira um pouco do nosso mérito, mas a arrecadação de recursos próprios é algo sensível e é um legado que deixamos para as próximas administrações. Obrigado, presidente, pela oportunidade. Eu quero só abrir um parênteses, professor, já que nós fomos, a Câmara participou de maneira efetiva junto ao senador Nelsinho, para conseguir esses R\$ 8 milhões de energia e é um trabalho de cada vereador aqui, quando a gente se reuniu com o senador, e só avisar que dia 16 de março, a gente vai ter uma reunião ampliada com o senador aqui em Ponta Porã de novo e ele disse que a gente pode começar a sonhar mais um pouquinho que ele está aberto a receber esses sonhos e lutar pela gente. Então, dia 16 de março, ele vai estar em Ponta Porã, ter uma agenda com o prefeito e também vai ter uma agenda com os vereadores. Provavelmente, sábado e domingo. No domingo de manhã, a gente vai fazer visita às obras, inclusive ao Rodoanel, para verificar a instalação da iluminação, que foi uma conquista, quero repetir, dos vereadores desta casa unidos, de forma a criar exemplo para o Estado de Mato Grosso do Sul, pois depois que nós fizemos a demanda em conjunto, o Estado inteiro começou a demandar à ele de maneira conjunta. Então, nós iniciamos uma fase nova no jeito de pedir aí. Obrigado a todos os vereadores. Antes de encerrarmos a presente Audiência, informamos que a prestação de contas do terceiro quadrimestre do ano de 2023, conforme determinada a Lei Complementar nº 101, de 4 de março de 2000, que trata sobre finanças públicas e com o que dispõe o parágrafo único do artigo 63 e o artigo 92 da Lei Orgânica do Município de Ponta Porã, serão devidamente encaminhadas ao Tribunal de Contas para análise, sendo que, após a deliberação do egrégio tribunal, serão encaminhadas para o plenário nesta Casa de Leis. Tais prestações de contas estarão à disposição de qualquer cidadão, para exame e apreciação, podendo ser questionada a sua legitimidade nos termos da lei. Desta forma, agradecemos a presença de todos e



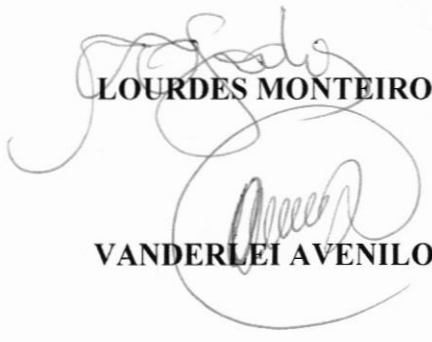


CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

declaro encerrada esta Audiência Pública de prestação de contas dos Poderes, Executivo, Legislativo e Previsora do município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul. Tenham todos um ótimo dia.


AGNALDO PEREIRA LIMA


MARCELINO NUNES


LOURDES MONTEIRO


VANDERLEI AVENILO

